

Mudança de Rota

Programa com custo de R\$ 1,5 bi por quatro meses dará abatimento de até R\$ 8 mil na aquisição de automóveis. Montadoras terão subsídios para compensar redução de preço

Governo oficializa desconto para compra de veículos

Brasília – Onze dias após anunciar a criação de um programa para incentivar a compra de carros, o governo federal formalizou ontem o lançamento da política com alcance mais amplo e confirmou a retomada parcial da tributação sobre o diesel para compensar a renúncia fiscal. A alíquota sobre o combustível, que ficaria zerada até 31 de dezembro de 2023, vai subir a R\$ 0,11 a partir de setembro, após a chamada noventa-aniversária de 90 dias exigida para aplicar um aumento de tributos.

A medida deve render aproximadamente R\$ 3 bilhões em novas receitas neste ano. Elas serão usadas para compensar o custo de R\$ 1,5 bilhão do programa de incentivo às montadoras. Para o consumidor, o efeito será um desconto entre R\$ 2.000 e R\$ 8.000 no valor de aquisição dos automóveis. Quanto menor for o preço do veículo, maior tende a ser o abatimento. Os modelos mais baratos, que hoje custam cerca de R\$ 70 mil, devem ter o desconto maior, de R\$ 8.000 (11,6%). Já um modelo que custe R\$ 120 mil deve ter o menor benefício (R\$ 2.000, ou 1,6%). O programa deve durar até quatro meses.

Inicialmente, o foco da política eram os carros de até R\$ 120 mil, mas nos últimos dias o governo decidiu contemplar também caminhões e ônibus. Entendemos que é uma medida transitória, apenas quatro meses, até que caia a taxa de juros, disse o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB), que também é ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços. A formulação de um programa para fomentar a compra de automóveis foi anunciada pela primeira vez em 25 de maio por Alckmin. Na ocasião, porém, o programa ainda não estava totalmente fechado - como consequência, as vendas desabaram à espera dos descontos.

Num primeiro momento, a pasta de Alckmin informou que a redução nos preços finais ficaria entre 1,5% e 10,96%. Após conversas com o Ministério da Fazenda, porém, o programa foi redesenhado, e a desoneração direta de tributos deu lugar a um novo modelo. O governo vai conceder um crédito tributário às montadoras que venderem os veículos com descontos aos consumidores. Sob esse desenho, o consumidor terá uma redução no preço, e o valor do desconto aplicado será convertido em crédito para a indústria automobilística usar em um segundo momento, para abater tributos devidos à União.



ESTRELA/AGÊNCIA BRASIL

“O desconto será em dinheiro. O mínimo será de 1,6%, o máximo será de 11,6%. Entendemos que é uma medida transitória, apenas quatro meses, até que caia a taxa de juros”

■ **Geraldo Alckmin**, vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que anunciou o programa ao lado do ministro da Fazenda, Fernando Haddad

ANÁLISE DA NOTÍCIA

Bom para o bolso e para o ambiente

Marcos de Marcos

Dois dias depois de a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, mostrar força ao afirmar, no Palácio do Planalto, que o conceito de preservação ambiental é transversal no governo e minimizar o esvaziamento da pasta promovido pelo Congresso, o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), Geraldo Alckmin, e o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, anunciaram o programa para reduzir o valor dos carros populares com a inclusão de ônibus e caminhões, que não estavam na proposta anterior. Com isso, o governo anunciou descontos de R\$ 2 mil a R\$ 8 mil para veículos de passeio e de R\$ 36 mil a R\$ 99,4 mil para ônibus e caminhões. Além disso, o desconto, a medida anunciada no Dia do Meio Ambiente, carrega o componente ambiental como base para a obtenção de desconto maior nos carros (o que polui menos) e sobretudo no

caso de ônibus e caminhões, com os descontos atrelados à renovação da frota, com a retirada de veículos com mais de 20 anos de uso. Veículos de transporte coletivo e de carga com essa idade são os que mais contribuem para a poluição atmosférica nos grandes centros e ao serem encaminhados para a reciclagem serão substituídos por modelos menos poluentes. O comprador, para obter o desconto, precisará apresentar o comprovante de destinação do veículo mais velho, para que efetivamente a retirada de circulação ocorra. De forma inteligente, o governo estimula o mercado de veículos leves e também dos coletivos e de carga, não apenas considerando o aspecto econômico de permitir aumento da produção e da circulação de dinheiro na economia, mas também a necessidade de cumprimento de metas estabelecidas pelo Acordo de Paris para redução da emissão de gases do efeito estufa até 2030.

Ao todo, 20 marcas foram incluídas no programa.

No caso dos caminhões, o desconto poderá ser de R\$ 33,6 mil a R\$ 99,4 mil, mas estará condicionado ao descarte de outro caminhão com mais de 20 anos de uso. O mesmo limite deve ser aplicado aos ônibus. O desconto varia conforme o tamanho do veículo. Micro-ônibus (vans) e pequenos caminhões receberão desconto de R\$ 36,6 mil. Os ônibus de tamanho normal e grandes caminhões terão redução de R\$ 99,4 mil. O grau de poluição do veículo também será considerado. Para obter o desconto sobre o caminhão e o ônibus, o motorista precisa se desfazer do veículo licenciado com mais de 20 anos de fabricação e enviá-lo para reciclagem. O comprador precisará apresentar um documento para comprovar a destinação do veículo antigo para o desmetimento.

Segundo Geraldo Alckmin, a inclusão dos ônibus e caminhões no programa foi um pedido da Associação Nacional de Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea). Isso porque uma restrição do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) para a modernização de motores de caminhões e ônibus encareceu esses veículos em 15% em 2023. Alckmin explicou que os descontos serão transitórios. Durarão quatro meses, até que se caia a taxa de juros. O ministro Fer-

nando Haddad complementou que o programa poderá acabar mais cedo caso a demanda seja mais alta que o previsto e o crédito tributário de R\$ 1,5 bilhão para custear o programa se esgotar antes do prazo.

■ CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

O programa para a renovação da frota será custeado por meio de créditos tributários, descontos concedidos pelo governo aos fabricantes em pagamento de tributos futuros. Em troca, a indústria automobilística comprometeu-se a reverter a diferença ao consumidor.

Para compensar a perda de arrecadação do governo federal, o ministro Fernando Haddad afirmou que o Executivo pretende reverter parcialmente a desoneração sobre o diesel que vigoraria até o fim do ano. Dos R\$ 0,35 de Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) atualmente zerados, R\$ 0,11 serão reaverçados em setembro, depois da determinação pela Constituição para o aumento de contribuições federais. Segundo o ministro da Fazenda, a reavaliação parcial em 2023 ajudará o governo federal a diminuir as pressões sobre a inflação em 2024. (Folhapress e outras agências)

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Estado de Minas - Belo Horizonte/MG

Seção: Política Pagina: 3